

Enel Green Power Delfina C Eólica S.A.

CNPJ: 21.553.603/0001-90

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Com relatório dos auditores independentes

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração.....	3
Relatório dos auditores independentes	4
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Delfina C Eólica S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2023.

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Jean Philippe Salvatore Bellavia	Diretor-Presidente
Jean Philippe Salvatore Bellavia	Diretor de Operação e Manutenção
Camilo Rebollo Couto	Diretor de Construção
Mara Ayesha Lopez Berrios	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contador Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Enel Green Power Delfina C Eólica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Delfina C Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Delfina C Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1º de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ RJ-116077/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.689	3.021
Títulos e valores mobiliários	4	8	2.342
Contas a receber de clientes	5	3.347	4.268
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		111	-
Outros tributos compensáveis		23	23
Outros créditos		-	57
Total do ativo circulante		6.178	9.711
<u>Ativo não circulante</u>			
Imobilizado	6	53.319	55.452
Intangível		1.364	1.419
Total do ativo não circulante		54.683	56.871
Total do ativo		60.861	66.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	7	2.568	1.666
Empréstimos e financiamentos	8	1.483	1.472
Obrigações por arrendamentos	9	37	360
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	56
Outras obrigações fiscais		24	16
Encargos setoriais		4	4
Dividendos a pagar	12	-	3.413
Outras obrigações	10	4.081	4.282
Total do passivo circulante		8.197	11.269
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	8	15.346	16.649
Obrigações por arrendamentos	9	5.580	5.618
Provisão para desmantelamento		117	141
Total do passivo não circulante		21.043	22.408
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	12	31.105	31.105
Reserva legal		516	558
Reservas de lucros		-	1.242
Total do patrimônio líquido		31.621	32.905
Total do passivo e do patrimônio líquido		60.861	66.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	2022	2021
Receita líquida	13	8.492	16.742
Custo do serviço	14	(6.105)	(12.755)
Lucro bruto		2.387	3.987
Despesas operacionais	14		
Despesas gerais e administrativas		(375)	(336)
Outras receitas (despesas) operacionais		(58)	58
Total despesas operacionais		(433)	(278)
Resultado do serviço		1.954	3.709
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		792	1.143
Despesas financeiras		(2.333)	(2.261)
Total do resultado financeiro		(1.541)	(1.118)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		413	2.591
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(455)	(848)
		(455)	(848)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(42)	1.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(42)	1.743
Total de outros resultados abrangentes do exercício	(42)	1.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reforço de capital de giro	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	31.105	471	43	-	31.619
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.743	1.743
Aprovação da proposta de dividendos adicionais propostos	-	-	(43)	-	(43)
Proposta para destinação do resultado					
Reserva legal	-	87	-	(87)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	(414)	(414)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	1.242	(1.242)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	31.105	558	1.242	-	32.905
Prejuízo do exercício	-	-	-	(42)	(42)
Aprovação da proposta de dividendos adicionais propostos	-	-	(1.242)	-	(1.242)
Proposta para destinação do resultado					
Absorção de prejuízos acumulados	-	(42)	-	42	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	31.105	516	-	-	31.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(43)	1.743
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Encargos de arrendamento	581	600
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	1.327	1.214
Depreciação e amortização	2.388	2.390
Atualização financeira - desmantelamento	16	23
Juros e variações monetárias	128	-
Apropriação dos custos de transação	36	36
Imposto de renda e contribuição social correntes	455	(848)
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes	921	1.130
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(111)	(58)
Outros tributos compensáveis	1	9
Outros créditos	57	(57)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	902	2.402
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18	1.696
Outras obrigações fiscais	8	(37)
Outras obrigações	(201)	(4.223)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(529)	(991)
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos	(1.327)	(1.212)
Pagamentos de juros de arrendamento	(345)	-
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	4.282	3.817
Adições para imobilizado	(191)	-
Títulos e valores mobiliários	2.334	(2.342)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	2.143	(2.342)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	-	(1.453)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(2.102)	(328)
Pagamento de dividendos	(4.655)	(57)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(6.757)	(1.838)
Variação no caixa líquido da Companhia	(332)	(363)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.021	3.384
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.689	3.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Delfina C Eólica S.A. (“Companhia”) foi constituída em 05 de dezembro 2014, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem eólica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social.

A Companhia explora o potencial eólico de 8 MW no município de Campo Formoso, Estado da Bahia, que foi objeto do Leilão nº 10/2013-ANEEL, com contrato vigente até 23 de junho de 2045. Através do despacho ANEEL 5.296 de 23 de junho de 2015 a Companhia obteve autorização para a implantar e explorar, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, a Central Geradora Eólica Delfina IV.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 1º de março de 2023.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 - Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, provisões para processos judiciais e instrumentos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	21	262
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	-	2.601
Operações compromissadas	2.668	158
Total	2.689	3.021

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em produtos de renda fixa, de baixo risco, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo. Os Certificados de Depósitos Bancários foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 99% do CDI (99% do CDI em 31 de dezembro de 2021). Os investimentos em Operações Compromissadas foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 80% do CDI (80% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



4. Títulos e valores mobiliários

	31.12.2022	31.12.2021
Fundos de investimentos exclusivos	8	2.342
Total	8	2.342

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento exclusivos das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 2,98% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de dezembro de 2022 (4,62% em 31 de dezembro de 2021). Esses fundos são administrados por *Asset* de primeira linha, são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI através de carteira composta majoritariamente por títulos públicos e letras financeiras. Em 31 de dezembro de 2022 os fundos apresentaram uma rentabilidade média de 96,75% no ano (102,01% em 31 de dezembro de 2021).

5. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com suprimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Vencidos mais de 90 dias	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
Mecanismo de Curto Prazo - MCP	210	726	936	1.857
Contas a receber - partes relacionadas (nota 17)	349	2.110	2.459	2.459
	559	2.836	3.395	4.316
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(48)	(48)	(48)
Total	559	2.788	3.347	4.268

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Mecanismo de Curto Prazo – MCP) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL, e normalmente liquidadas em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base a probabilidade de perda determinada individualmente proposta no modelo utilizado, que atende à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48.

Este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias, determinação e mudança de risco de crédito individual no cálculo da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Neste modelo a Administração determina percentuais de perdas esperadas de crédito (*“Expected Credit Losses – ECL”*) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (*“Probability of Default – PD”*) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (*“Loss given default – LGD”*), os percentuais de perda esperada de crédito ora aplicados aumentam a medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da entidade e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Não ocorreram provisões ou reversões de PECLD para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Maiores detalhes na nota explicativa nº 10.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

	31.12.2021	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2022
Imobilizado em serviço						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	7.752	-	-	(40)	3	7.715
Máquinas e equipamentos	46.202	-	-	-	-	46.202
Linhas de transmissão	4.663	-	-	-	-	4.663
	58.617	-	-	(40)	3	58.580
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(1.118)	-	(297)	-	(5)	(1.420)
Máquinas e equipamentos	(6.754)	-	(1.651)	-	1	(8.404)
Linhas de transmissão	(664)	-	(184)	-	1	(847)
	(8.536)	-	(2.132)	-	(3)	(10.671)
Imobilizado em curso						
Barragens e adutoras	-	179	-	-	-	179
	-	179	-	-	-	179
Total do imobilizado	50.081	179	(2.132)	(40)	-	48.088
Ativo de direito de uso						
Terrenos	5.371	49	(189)	-	-	5.231
	5.371	49	(189)	-	-	5.231
Total	55.452	228	(2.321)	(40)	-	53.319

	31.12.2020	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2021
Imobilizado em serviço						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	7.931	-	-	(204)	25	7.752
Máquinas e equipamentos	46.202	-	-	-	-	46.202
Linhas de transmissão	4.663	-	-	-	-	4.663
	58.796	-	-	(204)	25	58.617
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(829)	-	(289)	-	-	(1.118)
Máquinas e equipamentos	(5.072)	-	(1.682)	-	-	(6.754)
Linhas de transmissão	(494)	-	(170)	-	-	(664)
	(6.395)	-	(2.141)	-	-	(8.536)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	25	-	-	-	(25)	-
	25	-	-	-	(25)	-
Total do imobilizado	52.426	-	(2.141)	(204)	-	50.081
Ativo de direito de uso						
Terrenos	2.290	3.270	(189)	-	-	5.371
	2.290	3.270	(189)	-	-	5.371
Total	54.716	3.270	(2.330)	(204)	-	55.452

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados são as seguintes:

Administração	%
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	2,50%
Máquinas e equipamentos	1,33%
Linhas de transmissão	2,50%

Os ativos de direitos de uso são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data base de 31 de dezembro de 2022:

Ativo de direito de uso	Prazo médio remanescente (anos)
Terrenos	28,00

7. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de fornecedores é composto, basicamente, pelas obrigações a pagar aos fornecedores relacionados às atividades operacionais da Companhia.

	31.12.2022	31.12.2021
Compra de Energia	259	-
Compra de Energia - partes relacionadas (nota 17)	190	236
Encargo de Uso da Rede	50	36
Total energia	499	272
Materiais e serviços	994	208
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota 17)	1.075	1.186
Total materiais e serviços	2.069	1.394
Total	2.568	1.666

8. Empréstimos e financiamentos

	31.12.2022					
	Circulante			Não circulante		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Total	Principal	Total	
Moeda nacional						
BNDES	1.427	56	1.483	15.346	15.346	16.829
Total	1.427	56	1.483	15.346	15.346	16.829

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2021				
	Circulante		Não circulante		Total circulante + não circulante
	Principal	Total	Principal	Total	
Moeda nacional					
BNDDES	1.472	1.472	16.649	16.649	18.121
Total	1.472	1.472	16.649	16.649	18.121

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.470	18.066	19.536
Encargos provisionados	1.214	-	1.214
Encargos pagos	(1.212)	-	(1.212)
Transferências	1.417	(1.417)	-
Amortizações	(1.453)	-	(1.453)
Custo de transação	36	-	36
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.472	16.649	18.121
Encargos provisionados	1.327	-	1.327
Encargos pagos	(1.327)	-	(1.327)
Variação monetária	128	-	128
Transferências	1.303	(1.303)	-
Amortizações	(1.456)	-	(1.456)
Custo de transação	36	-	36
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.483	15.346	16.829

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes no período findo em 31 de dezembro de 2022:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	31.12.2022
BNDDES	15.656	09/01/2018	15/09/1934	TJLP + 1,7%	Mensal	Mensal	15.656	Capex	16.829

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
1.428	1.428	1.428	1.428	9.634	15.346

Garantias

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- A controladora direta Enel Brasil S.A. como interveniente;
- Fiança bancária.

Cláusulas restritivas (*covenants*)

As linhas de empréstimos contratadas não estão sujeitas a cláusulas de *covenants* financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9. Obrigações por arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que a Companhia tenha expectativa de exercer a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Os contratos de arrendamento estão relacionados às terras onde estão implementados os parques eólicos.

De acordo com o pronunciamento CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, para os contratos de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2022 o passivo dos pagamentos futuros de tais contratos, R\$ 37 no passivo circulante e R\$ 5.580 no passivo não circulante, (R\$ 360 e R\$ 5.618 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente) em contrapartida ao direito de uso do ativo arrendado (nota explicativa 6).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Abaixo demonstramos a movimentação da obrigação por arrendamentos:

	Moeda nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	29	2.407	2.436
Adição	-	3.270	3.270
Pagamentos - principal	(328)	-	(328)
Transferências	59	(59)	-
Encargos provisionados	600	-	600
Saldo em 31 de dezembro de 2021	360	5.618	5.978
Adição	-	49	49
Pagamentos - principal	(646)	-	(646)
Pagamentos - juros	(345)	-	(345)
Transferências	87	(87)	-
Encargos provisionados	581	-	581
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37	5.580	5.617

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante se apresenta da seguinte forma:

	31.12.2022		
	Principal	Juros	Total
Até um ano - 2023	614	(577)	37
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	3.990	(1.536)	2.454
Até 2 anos - 2024	2.949	(574)	2.375
Até 3 anos - 2025	615	(569)	46
Até 4 anos - 2026	426	(393)	33
2027 em diante	3.869	(743)	3.126
Total circulante e não circulante	8.473	(2.856)	5.617

10. Outras obrigações

	31.12.2022	31.12.2021
Compartilhamento de recursos - partes relacionadas (nota 17) (a)	4.027	4.023
Outras Obrigações - partes relacionadas (nota 17)	54	259
Total	4.081	4.282

11. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como possível e provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social é de R\$ 31.105, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	31.105.000	100,00%	31.105.000	100,00%
Total	31.105.000	100,00%	31.105.000	100,00%

12.2 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a qual não poderá exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta prejuízo de R\$ que foi absorvido pelo saldo de reserva legal de exercícios anteriores.

12.3 Reserva estatutária

Conforme artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, o lucro remanescente (após destinações a reserva de legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinada a formação de reserva para reforço de capital de giro, observado o disposto no artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações. Tal reserva trata-se de reserva estatutária com as seguintes características: (i) sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da Companhia; (ii) será destinado à Reserva para Reforço de Capital de Giro o saldo remanescente do lucro líquido de cada exercício, após a constituição de reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% e constituição de reservas de lucros previstas no estatuto da Companhia e proposta pela Administração; (iii) a Reserva para Reforço de Capital de Giro deverá observar o limite previsto no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) a reserva poderá ser utilizada para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas. A Assembleia Geral Extraordinária de 30 de agosto de 2022 da Companhia deliberou e aprovou a distribuição de dividendos adicionais do saldo constante na reserva para reforço de capital de giro, no montante de R\$ 1.242 pagos de forma integral dentro do exercício de 2022.

12.4 Dividendos

A movimentação dos dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 se encontra detalhada abaixo:

	31.12.2021	Efeito não caixa	Efeito caixa	31.12.2022
		Dividendos adicionais propostos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	3.413	1.242	(4.655)	-

	31.12.2020	Efeito não caixa		Efeito caixa	31.12.2021
		Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	3.014	42	414	(57)	3.413

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12.5 Distribuição de resultado

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(42)	1.743
Absorção de prejuízos acumulados	42	-
(-) Reserva legal	-	(87)
Lucro (prejuízo) ajustado	-	1.656
Dividendo mínimo obrigatório	-	(414)
Reserva para reforço de capital de giro	-	(1.242)
	-	-

13. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece um modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	926	6.949
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas (nota 17)	7.916	10.457
	8.842	17.406
<u>Deduções da receita</u>		
Cofins	(263)	(524)
Pis	(57)	(114)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(30)	(26)
	(350)	(664)
Total	8.492	16.742

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	2022			2021				
	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Serviços de terceiros	(865)	(13)	-	(878)	(523)	-	-	(523)
Serviços de terceiros partes relacionadas (nota 17)	-	(262)	-	(262)	-	(258)	-	(258)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.031)	-	-	(1.031)	(3.264)	-	-	(3.264)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas (nota 17)	(1.333)	-	-	(1.333)	(6.171)	-	-	(6.171)
Encargos de uso de rede elétrica	(438)	-	-	(438)	(379)	-	-	(379)
Depreciação e amortização	(2.382)	-	-	(2.382)	(2.390)	-	-	(2.390)
Aluguéis e arrendamentos	-	-	-	-	(6)	-	-	(6)
Transporte de potência de energia	(4)	-	-	(4)	(4)	-	-	(4)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas (nota 17)	(5)	-	-	(5)	(4)	-	-	(4)
Seguros	(109)	-	-	(109)	(74)	-	-	(74)
Outras receitas (despesas)	1	(40)	(58)	(97)	-	(18)	58	40
Total	(6.166)	(315)	(58)	(6.539)	(12.815)	(276)	58	(13.033)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15. Resultado financeiro

	2022	2021
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicação financeira	617	271
Juros e atualização monetária	47	660
Variação cambial	126	212
Variação cambial realizada	2	-
	792	1.143
<u>Despesas financeiras</u>		
Variação cambial	-	(200)
Variação cambial realizada	-	(1)
Custo de transação	(36)	(36)
Encargos de dívidas	(1.456)	(1.214)
Atualização de impostos e multas	(1)	(1)
Garantias e fianças	(217)	(172)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(8)	(6)
Atualização financeira desmantelamento	(16)	(23)
Juros em arrendamento	(581)	(600)
Outras despesas financeiras	(18)	(8)
	(2.333)	(2.261)
Total	(1.541)	(1.118)

16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

	2022	2021
Receita de suprimento de energia elétrica	8.842	17.406
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	707	1.392
Rendimento de aplicações financeiras	617	271
Variação cambial realizada	2	-
Outras receitas financeiras	47	660
Outras receitas	(58)	58
Total base de cálculo	1.315	2.381
Alíquota do imposto de renda (15%)	(197)	(357)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	(108)	(214)
Total do imposto de renda	(305)	(571)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	1.061	2.089
Rendimento de aplicações financeiras	617	271
Variação cambial realizada	2	-
Outras receitas financeiras	47	660
Outras receitas	(58)	58
Total base de calculo	1.669	3.078
Alíquota da contribuição social (9%)	(150)	(277)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(455)	(848)

17. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

17.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		(Passivo)	Ativo (Passivo)	(Despesa)	(Despesa)
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(3.117)	718	(262)	(259)
Total		(3.117)	718	(262)	(259)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17.2 Empresas em controle em comum

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (despesa)	Receita (despesa)
Compra e venda de energia		1.208	1.230	6.583	4.287
Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 15 S.A.	Setembro de 2021 a setembro de 2021	-	67	-	67
Enel Green Power Sao Gonçalo 14 S.A.	Agosto de 2021 a agosto de 2021	-	-	-	153
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela Acl 15 S.A	Janeiro de 2021 a janeiro de 2021	-	-	-	187
Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 17 S.A.	Abril de 2021 a abril de 2021	-	-	-	56
Enel Trading Brasil S.A.	Janeiro de 2021 a dezembro de 2037	1.208	1.163	6.583	3.824
Transporte de energia		-	-	(5)	(4)
Enel Cien S.A	Até o final da concessão	-	-	(5)	(4)
Compartilhamento das despesas comuns		72	7	-	-
Enel Green Power Delfina D Eólica S.A	janeiro de 2022 a dezembro de 2026	5	7	-	-
Enel Green Power Ventos Santa Esperança 15		67	-	-	-
Suporte Operacional		(1.050)	(1.177)	-	-
Enel Green Power S.P.A	Janeiro de 2018 ate término dos serviços	(1.050)	(1.177)	-	-
Total		230	60	6.578	4.283

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Transmissão de energia: O saldo de contas a receber com geradoras são referentes ao suprimento de energia ACL, com liquidação em até 30 dias.

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruïdores em relação à fruïção de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i. prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii. aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii. fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv. participação na execução do projeto; v. designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2022 e 2021.

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

Categoria	Nível	31.12.2022		31.12.2021		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	2.689	2.689	3.021	3.021
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	8	8	2.342	2.342
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	3.347	3.347	4.268	4.268
			6.044	6.044	9.631	9.631
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	2.568	2.568	1.666	1.666
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	16.829	11.488	18.121	16.367
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	5.617	5.617	5.978	5.978
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	-	-	3.413	3.413
			25.014	19.673	29.178	27.424
Total			31.058	25.717	38.809	37.055

18.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

18.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis (TJLP), além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2021 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
TJLP	1.503	1.794	291	2.081	578
Total	1.503	1.794	291	2.081	578

18.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Contas a receber

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

18.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2022						
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	11.063	238	451	2.065	6.726	20.543
Total	11.063	238	451	2.065	6.726	20.543

18.5 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

18.6 Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	16.829	18.121
Dívida	16.829	18.121
Caixa e equivalentes de caixa	(2.689)	(3.021)
Títulos e valores mobiliários	(8)	(2.342)
Dívida líquida	14.132	12.758
Patrimônio líquido	31.621	32.905
Índice de endividamento líquido	31%	28%

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/22	31/10/23	97.656	5.186.149
Responsabilidade civil geral	31/10/22	31/10/23	n/a	104.946
Responsabilidade civil de administradores	10/11/22	10/11/23	n/a	77.618
Riscos ambientais	31/10/22	31/10/23	n/a	103.723

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

20. Eventos subsequentes

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.